



Ambiente

Green Savers

Portugal

O poder dos mares: Como as renováveis marinhas energizam a Economia Azul e a transição

As energias renováveis marinhas são um dos grandes pilares de uma Economia Azul realmente sustentável e cada vez mais relevantes na transição energética para lá do fóssil. Portugal, "país de mar", está bem posicionado para fazer parte desses esforços.

Filipe Pimentel

Raões

09/07/2026

90%

🔊🔍📄📧📱



Foto: Nicholas Doherty / Unsplash

- Últimas
- Estudo mostra que Portugal 'desperdiça' patentes de biotecnologia azul

há 58 segundos
- O poder dos mares: Como as renováveis marinhas energizam a Economia Azul e a transição

há 5 minutos
- Câmara de Lisboa aprova Contrato Climático 2030 que prevê investimento de 8,2 mil ME

há 28 minutos
- Junho foi o mais quente de sempre na Europa Ocidental

há 33 minutos

GreenPoints

Pontos essenciais deste artigo, sintetizados por IA.

+

GreenSpeaker

Ouçá este artigo em versão áudio.

+

Os mares e oceanos que fazem da Terra o "planeta azul" não são apenas parte do cenário ou vazadouros onde durante séculos os humanos despejaram tudo e mais alguma coisa.

Essas grandes massas de água, além de serem a casa de incontáveis formas de vida, umas que já se conhecem e muitas mais que ainda estão por descobrir, são fundamentais na regulação do clima do mundo, na absorção e sequestro de carbono, na produção de oxigénio e, claro, na dinamização das economias de muitos países, senão mesmo de todos, direta ou indiretamente.

Durante grande parte da história da nossa espécie, tirámos e tirámos desses mundos de água salgada sem olhar a consequências, mas, por fim, os líderes humanos estão a perceber que os mares e oceanos podem continuar a ser pilares fundamentais das economias sem que isso tenha de traduzir-se na persistência da sua degradação e da sua exploração sem olhar a meios.

Dessa mudança de pensamento surge a Economia Azul Sustentável, que, de forma simples e intuitiva, é um conceito que abrange os setores económicos que têm por base a exploração de recursos marinhos de forma sustentável. Desse conjunto fazem parte, por exemplo, a pesca, o transporte marítimo, o turismo costeiro, a dessalinização e a extração de minerais e de metais. Há, no entanto, ainda definições de Economia Azul que incluem a exploração de combustíveis fósseis como um dos pilares, pelo que o epíteto de "sustentável" parece pouco apropriado.

Nos casos em que esse atributo é devidamente aplicado, a Economia Azul é vista como um aliado de peso na transformação da relação das sociedades humanas com os mares e oceanos, não visando só a sua exploração, mas percebendo que sem mares e oceanos saudáveis e funcionais o desenvolvimento económico vê-se perante um grande entrave.

A Economia Azul na União Europeia (UE) está em franco crescimento. Um relatório da Comissão Europeia publicado no ano passado dava conta de um aumento do valor bruto acrescentado do conjunto dos setores de 250,7 mil milhões de euros em 2022 para uns estimados 263 mil milhões de euros em 2023, empregando quase cinco milhões de pessoas.

O setor que mais tem crescido em termos de valor acrescentado bruto é o das Energias Renováveis Marinhas (ERM), com um aumento de cerca de 370% entre 2015 e 2022, para os 5,3 mil milhões de euros. Ainda assim, o turismo costeiro e os transportes são os que mais contribuem para o valo acrescentado bruto da UE, com 82 mil milhões e 62 mil milhões, respetivamente.

Seja como for, as ERM são um dos grandes pilares da Economia Azul Sustentável e têm o potencial para revolucionar muitos dos outros, além de serem indispensáveis para os esforços de mitigação e adaptação climáticas da UE e, de forma mais abrangente, para que o bloco reduza os impactos da sua economia no planeta.

A atestar isso, ainda que noutra escala, a Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA), num relatório de 2020, declarava que "os oceanos possuem um potencial de energia renovável abundante e pouco explorado, que pode impulsionar uma economia azul global vigorosa nos próximos anos".

Uma força incansável

Aproveitar a força dos mares e dos oceanos para gerar energia não é nada de novo. Contudo, os avanços tecnológicos e novos posicionamentos políticos, financeiros e sociais estão a permitir desbravar novas rotas, de tal forma que esses mundos de água salgada agitados permanentemente por forças incansáveis são por muitos considerados fundamentais para os esforços de descarbonização das sociedades e para a resiliência económica em tempos de crises planetárias.

Nova Edição

ASSINAR

Newsletter

Subscreva e receba todas as novidades.

Insira o seu:

Assinar

A sua informação está protegida. Leia a nossa política de privacidade.



A força dos mares e oceanos é um recurso energético inesgotável, basta conseguir aproveitá-lo.

Existem vários tipos de ERM. Tal como em terra, a eólica e a solar fotovoltaica serão, talvez, as mais familiares. Só que, naturalmente, têm adaptações. A eólica em meio marinho (também chamada de offshore) pode ser fixa, com as turbinas afixadas ao fundo do mar em profundidades até 60 metros, ou flutuantes, em que as turbinas estão colocadas em bases que flutuam à superfície, presas apenas por cabos de amarração ao leito marinho, a mais de 60 metros de profundidade, para não andarem à deriva.

A eólica offshore é o tipo de ERM mais consolidado na UE. Em 2023, tinha uma potência instalada acumulada de cerca de 18,9 gigawatts (GW), distribuída por 11 países, mais 2,1 GW do que no ano anterior. Dados preliminares sugerem que em 2024 continuou a aumentar, para os 21,2 GW.

A UE definiu como meta chegar os 111 GW de potência até 2030 e aos 317 GW até 2050. A intenção é que, no virar da próxima década, a eólica offshore contribua para que, no conjunto de todas as fontes energéticas, as renováveis representem, pelo menos, 42,5% do total.

Para perceber a solar offshore, imagine o leitor um conjunto de painéis fotovoltaicos sobre uma estrutura flutuante a bolar ao sabor da ondulação, tal como já se vê no Alqueva. Existem ainda outras tecnologias de produção de energia através das forças marinhas. Por vezes também chamadas de energias oceânicas (mas aqui, para efeitos de simplificação, agrupam-se todas em ERM), há a energia das ondas, a das correntes e a das marés, e ainda a que é obtida através das variações da temperatura ou da salinidade da água.

A implementação de cada uma dessas tecnologias depende, acima de tudo, das condições físicas do local onde se pretende colocá-las. Por exemplo, nas áreas marinhas com correntes fracas não será apropriado, nem financeiramente viável, instalar tecnologias de energia das correntes.

A eólica offshore é a que está mais tecnologicamente desenvolvida e a que maior aceitação já conquista no mercado, com uma presença especialmente significativa nas águas marinhas ao largo da costa do Norte da Europa, onde se erguem centenas de turbinas em parques eólicos com potências instaladas da ordem dos GW. A nível mundial essa potência ronda os 83 GW e mais cerca de 48 GW estão em desenvolvimento.

Outros tipos de ERM, como as marés, as correntes e as ondas "estão bem menos consolidados, com capacidades instaladas cumulativamente na ordem de algumas dezenas de [megawatts]", diz-nos Paulo Rosa Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e investigador do Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental (CIIMAR). As restantes tecnologias, como os gradientes térmicos e de salinidade, "têm um desenvolvimento ainda mais limitado", afirma.



Paulo Rosa Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e investigador do Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental (CIIMAR).

É por isso que a eólica offshore é a ERM que será mais importante nos esforços de transição energética, pelo menos no curto-prazo, dando "um contributo relevante para a redução da dependência de combustíveis fósseis e para o reforço da segurança energética", explica-nos Bernardo Silva, responsável de energias renováveis no centro de investigação INESC TEC.

Apesar de menos desenvolvida do que a eólica offshore, a energia das ondas tem também feito "avanços consistentes", diz o também Professor Auxiliar na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Esses progressos têm sido conseguidos, por exemplo, ao nível da comercialização de conversores de energia das ondas instalados em infraestruturas costeiras, como diques e portos, e também com o desenvolvimento e teste de protótipos de dispositivos para instalação em mar aberto.

Em Portugal, o cenário não é muito diferente do plano global, com a eólica offshore em primeiro plano, mas com outros tipos de ERM a ganharem terreno, ainda que a uma escala bem menor.

As renováveis marinhas em Portugal

O peso da eólica offshore na transição energética de Portugal é evidente em documentos estratégicos como o Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC 2030), onde se considera que esse recurso é "mais constante e mais elevado do que em terra". O país quer alcançar uma potência instalada de renováveis offshore de 2 GW até 2030, algo que se pensa que não acontecerá nesse prazo, mas a meta, para já, mantém-se.

Seja como for, essa intenção está refletida no Plano de Afetação para as Energias Renováveis Offshore (PAER), aprovado no ano passado, e no qual foram definidas quatro áreas para exploração de eólica offshore que têm o potencial para uma capacidade instalada conjunta de cerca de 9,4 GW: Viana do Castelo, Leixões, Figueira da Foz e Sines. Uma quinta área, Aguçadoura, consta do PAER, mas apenas para projetos não-comerciais de investigação ou de demonstração.

Bernardo Silva aponta que, em Portugal, a ERM com "maior potencial de adoção" é a eólica offshore flutuante, "em virtude das elevadas profundidades da costa portuguesa".





Bernardo Silva, responsável de energias renováveis no centro de investigação INESC TEC e Professor Auxiliar na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Um exemplo marcante é o projeto **WindFloat Atlantic**, instalado no final de 2019 a 18 quilómetros da costa de Viana do Castelo, onde a profundidade ronda os 100 metros, e em operação desde 2020. Conta com três turbinas eólicas em plataformas flutuantes, com uma potência de 8,4 MW cada, por isso, com uma potência instalada acumulada de cerca de 25 MW.

Paulo Rosa Santos, apontando para o WindFloat, diz que Portugal tem "um bom histórico no âmbito da eólica offshore flutuante". Contudo, refere também que estão a decorrer ou previstos vários projetos na área da energia das ondas, como o ONDEP em Peniche, o VianaWave nas águas da região Norte do país, e o projeto da Eco Wave Power na Barra do Douro.

Apesar de a eólica offshore ser vista como a mais competitiva das ERM em Portugal, o catedrático da Universidade do Porto reconhece que "se estes projetos existiram e continuam a existir, há um claro interesse em investir neles". Mas para essas tecnologias poderem tornar-se tão competitivas quanto a eólica offshore, será preciso "mais tempo e desenvolvimento", afirma.

Assim, os especialistas consideram que a eólica offshore, particularmente a flutuante, e as ondas são as ERM que, pelo menos durante as próximas décadas, fortalecerão a presença do país nas renováveis marinhas.

Bernardo Silva, do INESC TEC, diz que essas duas tecnologias têm "um elevado potencial de desenvolvimento", sendo "particularmente promissoras" e tendo "capacidade para valorizar de forma significativa os recursos renováveis disponíveis". Além disso, podem contribuir de forma muito relevante para "a produção de energia elétrica e para o cumprimento dos objetivos nacionais de transição energética", aponta o especialista.

Por seu lado, Daniel Clemente, também da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e investigador do CIIMAR, explica que o foco nesses dois tipos de ERM se deve, sobretudo, a três grandes fatores. Um prende-se com a exposição do país ao Atlântico, que lança vento e agita as águas marinhas de tal forma que cria um recurso "bastante significativo". Outro tem a ver com o histórico que Portugal tem já no desenvolvimento e implementação dessas tecnologias, e um terceiro está relacionado com as características da costa portuguesa que "restringem algumas soluções".



Daniel Clemente, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e investigador do Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental (CIIMAR).

Ao contrário do que acontece, por exemplo, no Mar do Norte, a plataforma continental portuguesa é mais íngreme e afunda mais rapidamente, pelo que eólicas offshore fixas tornam-se inviáveis. Por essa razão, a aposta de Portugal nas ERM incidirá, especialmente, na eólica offshore flutuante e na energia das ondas.

Quanto à solar offshore, apesar de ser possível, na prática será difícil implementá-la, especialmente devido à agitação marítima que fustiga a costa portuguesa, às grandes profundidades e dificuldades relativamente à manutenção dos equipamentos e infraestruturas. Difícil, mas não impossível.

Há barreiras e limitações...

Apesar de Portugal ser um "país de mar" e um dos Estados-membros da União Europeia com mais área de águas marinhas sob a sua jurisdição, há, no entanto, alguns fatores que atrasam ou impedem mesmo um maior avanço nas ERM no contexto nacional.

Um deles tem a ver com os atuais modelos de financiamento e com o risco associado aos investimentos nas ERM, especialmente nas fases iniciais de implementação. A isso acrescem desafios relacionados com "o desenvolvimento à escala destas soluções", conta-nos Bernardo Silva, do INESC TEC, em particular no que diz respeito "à capacidade das cadeias de valor necessárias à construção, instalação e operação e manutenção dos parques". O também colaborador do INESC TEC.OCEAN, o primeiro Centro de Excelência em Engenharia e Investigação do Oceano em Portugal, considera que esses são "elementos críticos" que devem ser devidamente considerados "no desenho de políticas públicas e instrumentos de apoios adequados".

Algo semelhante nos diz Daniel Clemente, que recorda que outras tecnologias, como as hidroelétricas e a solar e eólica em terra, no início dos seus caminhos, tiveram dificuldades em ser competitivas. É isso acontece simplesmente porque “nenhuma tecnologia nasce “perfeita”, sublinha o investigador do CIIMAR.

“Tem de ser melhorada, desenvolvida e incrementada para se tornar competitiva”, refere, e para isso são precisos apoios, tal como os que foram e continuam a ser atribuídos, por exemplo, à solar e à eólica em terra, que agora são muito atrativas e mais baratas do que os combustíveis fósseis.

No caso da ERM, considera Daniel Clemente, “é muito provável que a receita seja semelhante”, especialmente com uma articulação virtuosa entre setor público e setor privado. “Sem essa sinergia, apoios e esforço no sentido de desenvolver as tecnologias e reduzir custos, as empresas ou fecham portas ou ficam de fora dos leilões.”

Além das questões de apoios e financiamentos, há também desafios relacionados com o acesso a matérias-primas críticas e, de forma mais abrangente, aos mercados das tecnologias das renováveis, onde a China se firma como um colosso e ainda faz sombra à Europa.

A juntar a tudo isso, a dificuldade em conseguir mão-de-obra qualificada e especializada surge também como uma barreira à expansão das ERM, além de que, como diz Paulo Rosa Santos, do CIIMAR, se antecipa uma competição “particularmente feroz” por sistemas, equipamentos, espaços nos portos marítimos, tanto dentro dos setores das renováveis como com outros.

A volatilidade dos mercados internacionais e dos preços e problemas de congestionamento da rede elétrica são também desafios que podem atrasar o avanço das ERM, em Portugal e mais além.

Bernardo Silva chama-nos a atenção para uma outra questão relevante, a “insuficiente maturidade da cadeia de valor nacional, refletida na reduzida integração de fornecedores locais e na dependência de componentes e serviços externos”. Isso é agravado por “constrangimentos ao nível da cadeia logística”, especialmente na capacidade portuária, no transporte especializado e “na coordenação entre os diferentes elos da cadeia”.

Salienta o investigador do INESC TEC que para mitigar esses obstáculos é “fundamental” criar políticas públicas que “promovam o reforço da capacidade industrial, a qualificação de recursos humanos e a criação de condições favoráveis ao investimento”, numa “abordagem estratégica e sustentável” ao desenvolvimento das ERM.

E deixa uma sugestão: criar uma “aliança ibérica para o setor offshore”, que, segundo ele, poderá permitir “um maior impulso para os desenvolvimentos ibéricos e, posteriormente, no fornecimento para novos mercados em diferentes geografias”.

...mas também há oportunidades

Apesar de todas as barreiras, existem janelas de oportunidade que podem ser aproveitadas. Paulo Rosa Santos, catedrático e investigador do CIIMAR, fala da importância de o setor das ERM explorar sinergias com outras áreas, como a do armazenamento de energia e a da produção de combustíveis alternativos. E aponta o exemplo do projeto HYDEA, do qual é parceira a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, e que tem como objetivo descarbonizar os portos do Atlântico Norte através do hidrogénio verde.

Uma vez que cerca de 70% do hidrogénio produzido atualmente em todo o mundo provém do gás natural, através de um processo chamado *steam reforming*, Paulo Rosa Santos acredita que as ERM podem ser centrais na produção de hidrogénio através da eletrólise da água, o chamado “hidrogénio verde”. Dessa forma, as ERM podem dar um novo impulso à descarbonização de vários setores, e Portugal poderia assumir a dianteira desses esforços.

Ademais, o especialista salienta a importância do desenvolvimento das tecnologias de armazenamento de energia, tanto para a expansão das ERM como de outros tipos de energia renovável, apontando que “a intermitência das renováveis é uma questão muito relevante hoje em dia, até para a estabilidade da rede elétrica”. Quando as tecnologias de ERM – sejam elas a eólica offshore flutuante, a energia das ondas, das marés ou das correntes – estiverem já bem desenvolvidas e o seu potencial e eficácia bem demonstrados, então “teremos acesso a um recurso ainda mais vasto para explorar”, assegura Paulo Rosa Santos.

ERM e a Economia Azul

As renováveis marinhas são uma das colunas-mestras da Economia Azul Sustentável, com benefícios a múltiplos níveis: ambiental, social, económico, social, industrial. Por isso mesmo, têm um peso significativo na Economia Azul Sustentável, caso contrário “não se estaria a investir tanto nelas, correto?”, lança-nos Daniel Clemente, do CIIMAR.

Além da vertente ambiental da redução das emissões de gases com efeito de estufa e da mitigação das alterações climáticas, as ERM têm também um “efeito multiplicador” na indústria nacional, diz Bernardo Silva, do INESC TEC. Em especial nos setores naval e metalomecânico, mas também nas áreas associadas à construção, instalação, operação e manutenção de infraestruturas offshore, “contribuindo para o fortalecimento e modernização do tecido industrial”.

Além disso, uma Economia Azul dinamizada pelas ERM criará mais empregos, especialmente os qualificados, e abrirá caminho a novos modelos de negócio, atraindo investimento e valorizando os conhecimentos técnico e científico em Portugal. Em 2022, o setor das renováveis marinhas empregava cerca de 17.000 pessoas na UE, um salto de 200% face a 2015, e tudo indica que, com a maturação e desenvolvimento das ERM e dos mercados em que torno delas gravitam, esse crescimento ganhará um maior impulso.

A título de exemplo, prevê-se que até 2030 a indústria eólica europeia, em terra e no mar, empregará mais de 900.000 pessoas e contribuirá mais de 100 mil milhões de euros para a economia da UE.

“Este dinamismo económico reforça a capacidade do país em explorar de forma sustentável os seus recursos marítimos, consolidando a economia azul como um pilar de crescimento alinhado com os objetivos de neutralidade carbónica e transição energética”, declara Bernardo Silva.

As ERM são também vistas como basilares para a descarbonização dos setores económicos ligados aos mares e oceanos, não só pela produção de energia elétrica, mas também de hidrogénio de fontes renováveis, pelo que, por isso mesmo, têm são centrais na promoção de uma Economia Azul que seja realmente sustentável, e não apenas no papel ou em campanhas de marketing. “Portugal, com a sua vasta costa, histórico de exploração e desenvolvimento de ERMs, instituições de excelência, recursos humanos capacitados, estratégia ambiciosa, mecanismos legislativos e financeiros, empresas vanguardistas na área e portos marítimos envolvidos tem uma oportunidade dourada para apostar neste setor chave da Economia Azul”, sentencia Paulo Rosa Santos.

Contributos para a transição energética

Por agora, a transição energética em Portugal tem assentado mais fortemente nas renováveis em terra, especialmente na eólica e solar, que, por isso, são já peças essenciais dos esforços de descarbonização do país.

Na senda do abandono progressivo dos combustíveis fósseis em vários quadrantes das nossas sociedades e economias, e com o crescendo da eletrificação, tudo aponta para que haja “um aumento substancial da procura de eletricidade”, como descreve Bernardo Silva. A eletrificação da indústria e a grande expansão da mobilidade elétrica são já fatores familiares, mas o investigador do INESC TEC aponta também o “surgimento de novos consumos elétricos associados à produção de hidrogénio verde e ao crescimento dos centros de dados e de processamento ligados à inteligência artificial”.

Assumindo essa trajetória de aumento do consumo de energia, e que o país pretende manter-se fiel aos compromissos climáticos e de descarbonização assumidos, será preciso reforçar a capacidade de produção das renováveis, também em terra, mas especialmente no mar.

“Para além da modernização e otimização dos parques renováveis existentes em terra”, diz-nos Bernardo Silva, “torna-se estratégico explorar o potencial ainda pouco aproveitado das energias marítimas renováveis, particularmente no contexto português, caracterizado por um vasto espaço marítimo e recursos oceânicos relevantes”.

A força das ERM na transição energética tornar-se-á cada vez maior à medida que novos projetos forem sendo implementados, que as tecnologias amadurecem e que forem criadas condições – regulatórias, industriais, financeiras – que favoreçam o seu desenvolvimento em larga escala.

As renováveis marinhas vão seguindo um caminho de consolidação, com uma tendência de crescimento em várias delas, como a eólica offshore, enquanto a relevância estratégica de outras, ainda não tão desenvolvidas, deve ser vista mais a médio ou a longo prazo.

“Alguns ‘soluções’ pontuais”, como diz Daniel Clemente, podem também lançar uma ou outra pedra no caminho das ERM, como guerras, mudanças de estratégia, como no caso do atual governo dos Estados Unidos da América, a competição entre atores-chave, como a UE e a China, quebras nas cadeias de abastecimento e fragilidades nos apoios ou na concessão de explorações.

São tudo fatores que “podem facilmente ditar o fim ou desinteresse de projetos e empresas relevantes, atrasando a implementação da ERM”, refere o investigador do CIMAR, assegurando, contudo, que “os sistemas estão a tornar-se mais resilientes e eficientes, e em alguns casos maiores” e que “há uma expansão da potência instalada e da energia produzida”.

Nos próximos anos, o crescimento das ERM será impulsionado pela eólica offshore, mas, com o passar do tempo, as restantes tecnologias ocuparão o seu lugar na produção de energia, engrossando ainda mais as fileiras da descarbonização e da sustentabilidade da economia ligada aos mares e oceanos.

“Cada uma terá o seu espaço próprio, mas todas darão o seu contributo para minorar a quota de combustíveis fósseis no mercado e incrementar o papel das renováveis nos mixes energéticos”, diz Daniel Clemente, e, assim, na demanda histórica da transição energética.

**Artigo publicado originalmente na revista de março de 2026.*

Partilhe este artigo



Artigos Relacionados



Câmara de Lisboa aprova Contrato Climático 2030 que prevê investimento de 8,2 mil ME

Green Savers com Lusa • 09/07/2026 8:42



Junho foi o mais quente de sempre na Europa Ocidental

Green Savers com Lusa • 09/07/2026 8:37



Argentina anuncia construção de novo reator nuclear com financiamento 100% privado

Green Savers com Lusa • 08/07/2026 18:01



Custo ambiental oculto da inteligência artificial pode ultrapassar os 50 mil milhões de dólares por ano até 2030, alerta Allianz Trade

Redação • 08/07/2026 11:01



Dica sustentável da semana: O que deve fazer para ser turista de forma sustentável?

DECO ProfTeste • 08/07/2026 10:01



Projeto de doutoramento quer usar a dança para comunicar importância dos solos

Green Savers com Lusa • 08/07/2026 9:32



Viana do Castelo quer construir centro de energias e tecnologias oceânicas por 5,1ME

Green Savers com Lusa • 07/07/2026 18:08



Webinar reúne especialistas ibéricos para discutir o futuro digital da classificação de resíduos

Redação • 07/07/2026 17:02



Multicare e ICCA da Fidelidade apoiam colóquio sobre “Incêndios Florestais e Saúde Humana”

Redação • 07/07/2026 16:01



Investigadores defendem quatro medidas urgentes para proteger florestas urbanas e espaços verdes

Redação • 07/07/2026 14:01



Municípios querem revisão do Programa das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis

Green Savers com Lusa • 07/07/2026 12:36



Incêndios: MAI diz que “território desorganizado” contribui para hectares ardidos

Green Savers com Lusa • 07/07/2026 11:43



[Sobre](#) [Estatuto Editorial](#) [Contactos](#) [Ficha Técnica](#) [Assinar](#) [Newsletter](#)

© 2026 Green Savers. Todos os direitos reservados. | Produzido por: Neurónio Criativo